

1 **Ata da 223ª Reunião Ordinária do Plenário do Conselho de Administração do**
2 **Instituto Estadual de Florestas**, ocorrida no dia 04 de maio de 2017, às 09:00 horas,
3 no Plenário da Rua Espírito Santo, nº 495, Centro, Belo Horizonte.

4 Iniciou a reunião com o Presidente João Paulo de Mello Rodrigues Sarmiento,
5 Secretário Executivo do Conselho de Administração e Diretor Geral do IEF dando boas
6 vindas a todos os presentes e informando aos Conselheiros da SEAPA, SETUR,
7 SEDECTES, SEF, SEPLAG, CRBio, CREA, IEF, FAEMG, UFLA que já havia
8 quórum e que nessa reunião iriam discutir e aprovar a criação de RPPN's e não julgar
9 processos administrativos. Passou-se a execução do Hino Nacional e em seguida, ao
10 exame da Ata da 222ª Reunião do Plenário de 24/11/2016 que foi aprovada por
11 unanimidade pelos Conselheiros presentes.

12 Seguindo a pauta, passou para o item 4 - Exame e aprovação dos processos para criação
13 das seguintes RPPNs:

14 4.1 - **RPPN Buraco**: Área de propriedade de Ibitipoca Reserva Ambiental Ltda.,
15 situada no município de Lima Duarte /MG, área de abrangência do Regional Mata. A
16 área proposta tem 25,20 hectares. A criação da RPPN foi definida através de Termo de
17 Ajustamento de Conduta entre a proprietária e o Ministério Público de Minas Gerais.

18 4.2 - **RPPN Cachoeira das Pedras**: Área de propriedade de Marcelo Polesca Teixeira,
19 situada no município de Santo Antônio do Gramma /MG, área de abrangência do
20 Regional Mata . A área proposta tem 7,34 hectares.

21 4.3 - **RPPN Dois Irmãos**: Emilio Sergio Belletti Rodrigues: Área de propriedade de
22 Antônio de Pádua Rodrigues, situada no município de Faria Lemos, área de abrangência
23 do Regional Mata. A área proposta tem 50,3155 hectares.

24 4.4 - **RPPN Raiz**: Área de propriedade de Paulo de F. Ribeiro, situada na divisa entre
25 os municípios de Couto de Magalhães de Minas e São Gonçalo do Rio Preto, área de
26 abrangência do Regional Alto Jequitinhonha. A área proposta tem 452,9768 hectares.

27 4.5 - **RPPNs 01 e 02** : Áreas de propriedade da HS2 Empreendimentos e
28 Administração Ltda., situadas no município de Sete Lagoas, abrangência do Regional
29 Centro Norte.

30 **ÁREAS**: RPPN 01: 10 hectares - RPPN 02: 8 hectares

31 4.6 - **RPPN São Sebastião I** : Área de propriedade de Companhia Brasileira de
32 Metalurgia e Mineração, situada no município de Araxá /MG, área de abrangência do
33 Alto Paranaíba. A área proposta tem 76,43 hectares, composta por duas glebas não
34 contíguas de 18,62 e 57,81 ha. A criação da RPPN foi definida através de Termo de
35 compromisso entre a proprietária e o Ministério Público de Minas Gerais.

36 4.7 - **RPPN São Sebastião II**: Área de propriedade de Companhia Brasileira de
37 Metalurgia e Mineração, situada no município de Araxá /MG, área de abrangência do
38 Alto Paranaíba. A área proposta tem 50,8366 ha, composta por duas glebas não
39 contíguas de 19,9962e 30,8404 ha. A criação da RPPN foi faz parte da compensação
40 por intervenção em vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, como preveem os
41 Artigos 17 e 32 da Lei 11428/2006. Destaca-se que a compensação faz parte do
42 processo de regularização ambiental 00033/1981/061/2014 .

43 O Presidente da reunião, João Paulo Sarmiento perguntou se todos estavam de acordo,
44 e a criação das RPPN's foi aprovada por unanimidade pelos Conselheiros presentes.

45 Em seguida passou para o exame do item 5 - Aprovação do processo de Doação de
46 Contêiner do IEF, número de patrimônio 2757819-4 ao Município de São Sebastião do
47 Paraíso referente ao Termo de Cessão de Uso n.º : 21010100100409 celebrado em
48 15/12/2009 .

49 O presidente João Paulo se manifestou e explicou para que os nobres conselheiros
50 que o IEF, num dado momento comprou alguns containers que faziam parte da
51 fiscalização. Com a não utilização desses containers, e para que os mesmos não
52 ficassem estragando, o IEF fez a cessão de uso dos mesmos, como faz com os
53 veículos, para algumas prefeituras e ONGS. Explicou ainda que esse contêiner se
54 encontra em uso no depósito de entulho da construção civil do Município, servindo
55 como área administrativa de recepção e controle de acesso ao depósito, que cuida da
56 correta destinação de resíduos sólidos da construção civil do município, em
57 atendimento ao interesse público e à preservação do meio ambiente. Que como o
58 contrato venceu, o IEF teria que resgatar e solicitar sua devolução. Ocorre que,
59 como já estava sendo utilizado pela prefeitura há muitos anos e se fossem retirá-lo,
60 poderiam desmanchá-lo trazendo prejuízo para a prefeitura, que teria que construir
61 no local, tomaram a posição de doar o contêiner para a prefeitura. E isso foi trazido
62 para a reunião porque quando se trata de doação de patrimônio do IEF precisa da
63 aprovação do Conselho de Administração. Que é o mesmo que acontece com alguns
64 veículos que já estão há muitos anos cedidos para prefeituras que, não pelo mau uso,
65 mas pelo uso constante já viraram sucata e que terão que pelo contrato, teriam que
66 serem devolvidos na situação que foram cedidos a mais de 10 anos. Que então foi
67 solicitado ao patrimônio que desse o perdimento nesses veículos porque se as
68 prefeituras tivessem que devolver nas condições que elas receberam, iriam gastar mais
69 de 20 mil na reforma do um veículo que hoje só vale mil reais. Que dando
70 perdimento nesse patrimônio não ficarão cobrando das prefeituras, nem ficarão
71 criando atrito com as mesmas. Que nos casos em que for comprovado que realmente
72 houve o mau uso do veículo, seria verificado através de processo administrativo. Que
73 não justificava pedir de volta esses patrimônios para leiloar, pois os mesmos são de
74 utilidade e iríamos desfalcas as prefeituras de um bem que para o IEF não seria útil e
75 gastariam muito mais para recolher e leiloar estes veículo. Que em relação ao
76 contêiner, se desmancharem o mesmo, não sobraria nenhum pedaço, então a decisão
77 foi pela permanência do contêiner com a prefeitura, fariam a doação através do
78 Termo de Doação, tudo dentro da legalidade, tudo dentro da norma, para evitar o
79 perdimento desse bem que está sendo de utilidade. Que estiveram no norte de Minas,
80 perto de Cônego Marinho e que existe um desses contêiner que foi utilizado na
81 fiscalização de fronteira, ele está na RPPN Santo Anjo e pensamos em retirá-lo de lá,
82 mas vimos que não valia a pena. Então são esses tipos de patrimônio, que teriam que
83 tomar essas decisões e que depois viriam para a aprovação do Conselho, se não é de
84 utilidade para o IEF, mas está funcionando para as prefeituras, o patrimônio dá o
85 perdimento no bem e fariam a doação. Que o contêiner em questão realmente tem
86 utilidade para a prefeitura, o prefeito já solicitou a doação através de ofício e então
87 esses esclarecimentos eram para os conselheiros terem segurança e para explicar qual
88 o motivo de estarem fazendo essa doação. O conselheiro Luiz Antônio da UFLA se
89 manifestou e informou que sua única preocupação era em relação à legalidade da
90 doação, porque quanto as justificativas estava bem tranquilo para votar. O presidente
91 João Paulo explicou que a primeira coisa que fazem é observar a legalidade porque
92 qualquer coisa que for feita é de responsabilidade do Diretor Geral, mas independente
93 disso só poderíamos fazer o que é permitido por lei e a Dra. Daniela, do jurídico do
94 IEF informou que o artigo 17 da lei de licitação também é claro: Art. 17. A alienação
95 de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público
96 devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:
97 I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração
98 direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades

99 paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de
100 concorrência, dispensada esta nos seguintes casos: a) doação, permitida exclusivamente
101 para fins e uso de interesse social, após avaliação de sua oportunidade e conveniência
102 sócio-econômica, relativamente à escolha de outra forma de alienação.

103 Que a primeira coisa que fazem é verificar a legalidade para fazer as doações, que
104 existe um parecer da área técnica, uma nota técnica e também um parecer jurídico. O
105 Conselheiro Leonardo Teixeira do IEF informou a título de esclarecimento que esse
106 container virou um escritório e era utilizado pelo município como um centro de
107 recebimento de resíduos. Então tem um papel ambiental, como teve seu papel na época
108 da fiscalização para guardar o material apreendido. O presidente João Paulo informou
109 que existe um veículo em Barbacena, que é de um convênio antigo com o Sindicato,
110 e este mantém o veículo bem alinhado, fazendo reformas. Que esse veículo é um Fiat
111 Uno bem antigo, mas tem uma atividade muito grande dando assistência técnica aos
112 Produtores Rurais, ajudando nos programas de recuperação de nascente e que é
113 preferível deixar esse veículo em Barbacena, onde ele está sendo de utilidade do que
114 pegá-lo de volta para fazer leilão pois o que vamos gastar não vale a pena. Seguindo o
115 Presidente da reunião, João Paulo Sarmento perguntou se todos estavam de acordo, e
116 a doação do contêiner foi aprovada por unanimidade pelos Conselheiros presentes.

117 Passou-se então para o item 6 - Aprovação da minuta do Regimento Interno da
118 Comissão Especial Para Analisar e Emitir pareceres Sobre a Concessão de Benefício de
119 Redução da Taxa Florestal (Portaria 57/2016).

120 A conselheira Daniella Ferrari da SEF se manifestou que gostaria de pedir vistas no
121 processo porque estava de férias na semana passada e retornando essa semana havia
122 tomado conhecimento que estavam sendo feitas algumas propostas de alteração
123 legislativa no que concerne a taxa Florestal, especificamente essa comissão de
124 benefícios, então gostaria de ter um tempo maior para poder validar se essas duas
125 alterações propostas estão alinhadas. O presidente João Paulo concordou e explicou que
126 a questão de comissão da taxa é que existe um benefício para aqueles que plantam, que
127 fazem o fomento, e que teriam uma redução que variava de 25% a 50%. Que as
128 empresas apresentariam o seu plantio, fariam um relatório e essa comissão estava
129 sendo criada para avaliar tanto a parte técnica, quanto a parte legal e formal e se estão
130 cumprindo realmente as determinações. Que a questão de taxa Florestal hoje está
131 ainda mais alinhada com a Secretaria da Fazenda, que sabem que a fiscalização é da
132 Secretaria da Fazenda mas que o IEF trabalha articuladamente e na grande maioria das
133 vezes com delegação de competência da Secretaria da Fazenda. O IEF fazia a
134 fiscalização da taxa e estava sendo feita uma nova legislação com todas essas
135 questões que estavam sendo discutidas para dar cada vez mais segurança aos técnicos
136 e também para evitar alguns questionamentos do Ministério Público e até dos próprios
137 contribuintes, nossos administrados. Que já estavam um bom período sem essa
138 comissão constituída, que já começaram os estudos, que existe inclusive uma solicitação
139 do MP para que se constitua essa comissão, que é um direito que está em lei, e que a
140 última comissão constituída para dar o benefício foi em 2009 e 2010. Então é mostrada
141 essa estrutura da comissão para a aprovação do Conselho e quando chegarem os
142 processos vindos das análises dessa comissão com as explicações de quais foram os
143 itens observados e agraciados, estes processos seriam submetidos a aprovação do
144 Conselho. Que via o pedido de vistas da conselheira da SEF com bons olhos, pois tudo
145 estava sendo feito com estreita relação com a SEF, trazendo para os Conselheiros uma
146 proposta bem sólida, bem consistente, dentro das regras atuais do Estado, e que
147 solicitaria da própria SEF, muito em breve, uma reunião com a participação do Diretor
148 do IEF e o Secretário da Fazenda para ver esses detalhes e estarem bem alinhados. A

149 conselheira da SEF falou que iriam agendar essa reunião com a participação do João
150 Paulo, diretor do IEF, do Secretário da Fazenda e das duas equipes que estavam
151 envolvidas, inclusive com a Fabiana, representante da comissão que estava presente
152 na reunião e a comissão do Marcos Afonso que é o representante da comissão da
153 resolução conjunta da Fazenda e da SEMAD, que tem esse objetivo e esse desafio de
154 melhorar a legislação ambiental no Estado de Minas Gerais e que ficava com
155 compromisso de fazer essa reunião e depois dessa reunião apresentar para o Conselho
156 que foi conversado e quais são as novas diretrizes que o Estado pretende colocar para
157 essa comissão. Seguindo a pauta passou-se para o item 7 Assuntos Gerais, o presidente
158 João Paulo disse que queria deixar bem claro que é fundamental esse alinhamento
159 com o Estado, para que consigam alcançar os objetivos e fazer de forma articulada,
160 buscando essa interação, porque o IEF tem um potencial, uma ação muito forte, uma
161 situação de própria arrecadação pro Estado, e isso foi num dado momento esquecido e
162 isso não poderia acontecer porque é recurso público, podendo até os Conselheiros
163 serem acionados por omissão, e estando dentro desse alinhamento com o Estado,
164 trazendo segurança e mostrando que realmente estavam cumprindo seu papel. O
165 presidente falou ainda que a reunião foi bem expedita e que na próxima voltaria com
166 essa discussão e gostaria de esclarecer só mais um ponto, informando que o IEF está
167 finalizando o seu Decreto, que naquele dia mesmo o decreto iria para a SEPLAG, e a
168 SEPLAG finalizaria a nova estrutura do IEF e que o Decreto viria na próxima
169 reunião para conhecimento do Conselho. Que o Decreto já foi finalizado, aonde o IEF
170 recebe as novas atribuições, que no dia anterior foram feitos os últimos acertos, já
171 estava com a SEPLAG, depois passaria para o jurídico para avaliação, passando em
172 seguida para a Casa Civil e esperamos ainda que até o fim do mês o IEF retome
173 algumas das suas atribuições determinadas pela nova lei. Que estamos esperando e
174 fazendo todo o possível para que até o final do mês o Decreto seja publicado e que
175 das 03 casas da SEMAD o IEF está mais adiantado. Informou ainda que no dia 3 de
176 maio esteve no Palácio e o Governador entregou 160 veículos, sendo 80 caminhonetes
177 para atender as Unidades de Conservação, em torno de 40 caminhonetes para atender a
178 parte de viveiros de mudas, camionetes de estradas, e em torno de 20 Sanderos que vão
179 atender a parte mais administrativa, os regionais, os núcleos, isso tudo já dentro de
180 uma proposta e uma luta para a reestruturação do Estado, e fornecimento de
181 equipamentos que é muito importante para que o IEF possa trabalhar de forma
182 competente. Que são 160 veículos de aluguel, que o contrato anterior era de 80
183 veículos, que a frota foi praticamente dobrada e que também estavam estudando em
184 conjunto com a SEPLAG a renovação da frota própria do IEF que é de 2007 e então
185 tem um alto custo de manutenção. Que sabem das dificuldades, mas que o IEF tem
186 alguns recursos, e que vão mandar mais de 100 veículos para leilão, que segundo
187 informação da SEPLAG, o IEF tem a terceira maior frota do Estado, sendo então uma
188 frota significativa para atender a demanda de todo o Estado. O presidente João Paulo
189 também trouxe para a reunião o assunto que estava na mídia em relação a contratação
190 de terceirizados da MGS para as unidades de conservação e viveiros. Esclareceu que já
191 assinaram o contrato, e estavam em fase contratação. O Conselheiro Marcos da
192 SEDECTES informou que uma pessoa que estava trabalhando como voluntário na
193 Lapinha em Lagoa Santa havia lhe perguntado se existia previsão de contratação para
194 que os passaram no concurso há muito tempo e o presidente Joao Paulo esclareceu que
195 tem um contato muito estreito com o Carlão, que é o presidente da MGS e que à tarde
196 estaria em reunião com área administrativo-financeira para ver como estava a situação.
197 Que estavam priorizando as Unidades de Conservação e que acreditava que mais uns
198 15 dias estariam todos contratados e que um fato importante que destacaria era que,

199 mesmo com essa crise toda, nesse período todo sem pessoal, o único Parque aberto a
200 visitas que foi fechado das 10 unidades que tem visitas foi o Parque do Rio
201 Preto . Que só conseguiram isso, porque houve remanejamento do pessoal, o pessoal
202 trabalhou dobrado, e por causa da dedicação dos Servidores e pelo grande apoio das
203 comunidades locais. Que isso foi uma situação muito positiva para a instituição e para
204 o Estado, porque fechar uma Unidade de Conservação de visita não é só fechar a
205 Unidade , tem outras demandas como restaurantes, tem as lojinhas e poderia trazer um
206 problema social muito grande . Que esse foi outro fator importante, porque mesmo
207 com toda essa situação o IEF conseguiu manter as Unidades abertas à visita e isso
208 foi muito bom. O Conselheiro Luiz Antônio da UFLA se manifestou informando que
209 por ser mais novo no Conselho tinha uma dúvida em relação à criação das RPPN's. Que
210 por serem de caráter voluntário e quando forem criadas, surgirão para o
211 empreendedor ou o produtor rural, quem quer que seja o amigo do meio ambiente,
212 várias responsabilidades, tem que se fazer os levantamentos e diagnósticos, o plano de
213 manejo e gostaria de saber se o IEF daria suporte para esses produtores que estão
214 criando a RPPN ou se esse ônus ficaria apenas com o produtor rural. O presidente
215 João Paulo respondeu que geralmente esse ônus é de quem cria a RPPN , que o criador
216 receberia várias orientações do IEF, e pela própria legislação o ônus é integralmente
217 de quem criou a RPPN. O Conselheiro Luiz Antônio da UFLA perguntou se não seria
218 interessante trabalhar com uma proposta de apoio do IEF para esses produtores,
219 porque existem algumas RPPN's minúsculas que no ponto de vista da biodiversidade a
220 contribuição é pequena, mas no ponto de vista de educação ambiental é bem
221 significativa para o município e para ações da cidade, nas escolas, então poderia haver
222 uma iniciativa do IEF para apoiar essas RPPN's. Que sabe que algumas são criadas
223 por Termo de Compromisso com o Ministério Público, então essas podem estar
224 amarradas com exigências de diagnósticos e plano de manejo, mas sugeria que as
225 pequenas tivessem um maior apoio do IEF. O Presidente João Paulo esclareceu que
226 existem as orientações da Lei para a criação da RPPN e o IEF dá um apoio limitado,
227 mas não tem condições de assumir as mesmas e como é uma área particular , existem
228 regras para a ação do Estado nessas áreas. Informou ainda que estão discutindo a
229 criação de um modelo de plano de manejo específico para o Estado de Minas Gerais,
230 que seja mais prático, mais objetivo, porque 90% dos documentos apresentados no
231 plano não são utilizados e este tem um alto custo. Que estavam buscando a
232 objetividade e em relação a criação das RPPN's , o IEF vai dar um apoio limitado,
233 vai dar orientações, mas é uma área particular e muitas vezes precisam entrar nestas
234 áreas para uma ação coercitiva, por haver alguma denúncia, ou por estar ocorrendo um
235 incêndio. Que consideram a RPPN uma área de preservação muito importante para o
236 município, mas essa ação efetiva do Estado fica limitada.
237 Terminados os trabalhos do dia, a Presidente João Paulo, agradeceu a presença de todos
238 e encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ata.